

REPORTAGEM 1 (FOLHA DE SÃO PAULO, 24 DE AGOSTO DE 2017)

Temer extingue reserva na Amazônia para ampliar exploração mineral

O presidente Michel Temer extinguiu nesta quarta (23) uma área de reserva, na Amazônia, de 46.450 km² –tamanho equivalente ao do Espírito Santo–, na divisa entre Pará e Amapá, conhecida como Renca (Reserva Nacional de Cobre e seus Associados). A região possui reservas minerais de ouro, ferro e cobre.

A Renca foi criada em 1984, durante o regime militar. Dentro da reserva estão localizadas partes de três unidades de conservação (UC) de proteção integral, de quatro unidades de conservação de uso sustentável (uma delas na qual a mineração era permitida a partir de um plano de manejo) e de duas terras indígenas.

Até então, somente o Serviço Geológico Brasileiro* poderia realizar pesquisa mineral ou viabilizar e autorizar qualquer tipo de extração econômica de minerais. [...]

Luiz Jardim Wanderley, pesquisador da Uerj e membro do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, afirma que a extinção tem, antes de mais nada, impacto político. "Coloca mais pressão sobre essas terras indígenas e UCs, abrindo mais uma área de interesse ao setor mineral. É um indicativo de que o governo Temer vai flexibilizar áreas que tinham alguma restrição", diz.

Segundo Mariana Napolitano, coordenadora do núcleo de ciências do WWF Brasil, o crescente interesse pela mineração na área poderia levar à redução das áreas de proteção e a corridas pelo ouro. O resultado disso seria uma explosão demográfica, mais desmatamento, contaminação de recursos hídricos por metais pesados, além de ameaça às populações tradicionais indígenas, diz.

"Exploração de minério perto de áreas protegidas causa impacto em toda a região. A extinção da Renca por decreto, ato que não permite diálogo sobre salvaguardas sociais e ambientais, é uma sinalização bem ruim do governo e vai no sentido da redução de áreas protegidas por meio de medidas provisórias." [...]

Segundo estudo do WWF sobre a Renca, as áreas nas quais a mineração poderia ser realizada –cerca de 30% do total, porção fora de UCs e terras indígenas– não necessariamente coincide com zonas de interesse para mineração.

A Renca é uma criação de 1984 do regime militar. Desde o princípio, foi estabelecida não como área de proteção ambiental, mas como uma espécie de monopólio do Estado sobre a futura exploração de minérios na região –a intenção era proteger recursos minerais estratégicos, não a floresta.

Contudo, com uma área de 46.450 km² sobreposta a unidades de conservação e duas terras indígenas, acabou tendo papel protetivo.

* O Serviço Geológico do Brasil ou CPRM, nome fantasia advindo da razão social Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, é uma empresa pública que está diretamente ligada a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) do Ministério de Minas e Energia. O Serviço Geológico é responsável pelo Programa Geologia do Brasil, do Governo Federal.

QUESTÃO 1

Sobre a Renca, assinale a alternativa errada.

- a) A Renca foi criada, ainda na época da ditadura, para ser uma área de proteção ambiental na qual as pesquisas minerais ficariam ao encargo do Estado, em parceria com a iniciativa privada.
- b) A Renca foi criada como uma reserva mineral na região da Amazônia. Nela existem jazidas de cobre, ferro e ouro – daí o interesse dos mineradores em sua extinção.
- c) O decreto que extingue essa reserva gerou críticas de ambientalistas e indigenistas. Isso porque, em seu interior, existem partes de sete Unidades de Conservação e de duas reservas indígenas.
- d) Segundo estudos recentes, apenas 30% do território da Renca poderia ser explorado por mineradoras.
- e) De acordo com o decreto que criou a Renca em 1984, apenas o Estado tem a permissão de realizar pesquisas e possíveis extrações minerais na região.

MAPA

Extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca)

Área fica na divisa entre o Sul e Sudoeste do Amapá com o Noroeste do Pará



Infográfico elaborado em: 23/08/2017

REPORTAGEM 2 (FOLHA DE SÃO PAULO, 30 DE AGOSTO DE 2017)

Juiz suspende decreto presidencial que extingue reserva na região amazônica

30/08/2017

O juiz federal Rolando Spanholo, da 21ª Vara do Distrito Federal, suspendeu o decreto presidencial que extingue a Renca (Reserva Nacional do Cobre e Associados), na Amazônia.

Para o magistrado, a decisão não poderia ter sido tomada sem apreciação do Congresso, que deveria editar uma lei para alterar a área. A AGU (Advocacia-Geral da União) vai recorrer da decisão, mas até a noite desta quarta, a AGU não havia entrado com recurso no TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região).

Assim, Spanholo suspendeu eventuais atos administrativos com a finalidade de permitir a imediata exploração dos recursos minerais existentes na Reserva Nacional do Cobre e Associados. Localizada na divisa entre o Sul e Sudoeste do Amapá com o Noroeste do Pará, a Renca foi extinta pelo presidente Michel Temer (PMDB) na semana passada.

A decisão de Spanholo foi tomada em uma ação popular.

[...]

NOVO DECRETO

Na segunda (28), Temer voltou atrás e decidiu publicar novo texto mais detalhado sobre o tema. O novo decreto –que anula o anterior mas volta a extinguir a Renca– proíbe, "exceto se previsto no plano de manejo", a exploração mineral nas áreas da extinta reserva onde houver "sobreposição parcial com unidades de conservação da natureza ou com terras indígenas demarcadas".

Nas áreas onde não há sobreposição, o novo texto afirma que a exploração mineral "atenderá ao interesse público preponderante", considerando elementos como uso sustentável da área, dimensionamento de impacto ambiental e uso de tecnologia para reduzir os impactos.

O texto ainda diz que a obtenção de título de direito minerário estará vinculado à comprovação de não participação em atividade mineral ilegal anterior. Além disso, foi criado pelo decreto o Comitê de Acompanhamento das Áreas Ambientais da Extinta Renca -de caráter consultivo.

[...]

QUESTÃO 2

Sobre a decisão do juiz federal Rolando Spanholo, é correto afirmar.

- a) Ela atende às reivindicações presentes em um mandado de segurança enviado ao Supremo Tribunal Federal pelos partidos de oposição, que vêm travando uma luta de bastidores contra a extinção da reserva mineral.
- b) Ela reforça a decisão do governo de ampliar as pesquisas e eventuais explorações por parte da iniciativa privada.

- c) Fruto de uma ação popular impetrada na 21ª Vara do Distrito Federal, suspendeu eventuais atos administrativos com a finalidade de permitir a imediata exploração dos recursos minerais existentes na Reserva
- d) Trata-se de uma liminar que a defesa da associação de mineradores conquistou para garantir o uso sustentável dos recursos minerais existentes na reserva.
- e) Decisão de caráter centralizador, desconsidera o papel do Congresso na tomada de decisões a respeito das pesquisas e da exploração econômica na região.

REPORTAGEM 3 (FOLHA DE SÃO PAULO, 31 DE AGOSTO DE 2017)

Temer recua de novo e ministro suspende efeitos de extinção da Renca

31/08/2017

Em mais um recuo do governo Temer, o Ministério de Minas e Energia (MME), após consulta ao presidente, paralisou todos os "procedimentos relativos a eventuais direitos minerários" na área da Renca (Reserva Nacional de Cobre e seus Associados). Contudo, segundo a **Folha** apurou com assessores do Planalto, o decreto de Temer que extinguiu a reserva não será revogado.

O anúncio, feito na noite desta quinta (31), ocorre em momento de pressão sobre o presidente Temer.

Ambientalistas, celebridades e até mesmo o Ministério do Meio Ambiente (MMA) se posicionaram contra a extinção da Renca, decretada pela segunda vez –após um recuo inicial– na segunda (28).

"A partir de agora, o Ministério dará início a um amplo debate com a sociedade sobre as alternativas para a proteção da região", afirma, em nota publicada na noite desta quinta (31), o MME. Segundo a nota, em 120 dias o ministério apresentará ao governo e à sociedade "eventuais medidas de promoção do seu [da Renca] desenvolvimento sustentável, com a garantia de preservação".

QUESTÃO 3

O governo Temer, após a publicação de um decreto extingindo a Renca, recuou da decisão no último dia 31. A respeito desse recuo e de suas justificativas, assinale a alternativa correta.

- a) Ele ocorreu de supetão e foi fruto de uma decisão pessoal do presidente, que nada tem a ver com pressões de fora ou de dentro do governo.
- b) Fora precedido por um recuo parcial anterior, no qual, por meio de um novo decreto, Temer proibira a exploração sem plano de manejo nas regiões onde houvesse sobreposição com unidades de conservação e reservas indígenas.
- c) Nesse último recuo, o Ministério de Minas e Energia, adotando uma postura autocrática, afirma que a próxima decisão será tomada exclusivamente no âmbito do próprio governo federal.
- d) Segundo assessores do Planalto, o novo recuo revogará o decreto que extinguiu a reserva.
- e) Contou com amplo apoio no Congresso Nacional, inclusive da bancada ruralista ligada aos interesses do agronegócio.